

Continuação...

GRUPO FINANCEIRO

BMG

COMPANHIA ABERTA CNPJ Nº 34.265.561/0001-34

LEASING S.A.
ARRENDAMENTO MERCANTIL

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (“Leasing”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a

BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal, de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o semestre findo em 30 de junho de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da Leasing não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do ano anterior.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento do crédito tributário (Notas explicativas 2.11, 7 e 18) O crédito tributário, oriundo substancialmente de diferenças temporárias prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, é reconhecido na medida que a Administração considera provável que a Leasing irá gerar lucro tributário futuro. A projeção de lucro tributário contempla premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração e foram aplicadas nas projeções para os próximos 10 anos. Essa permanece uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, bem como no atendimento aos requisitos do Banco Central do Brasil relativos ao registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento sobre o processo estabelecido pela administração para apuração e mensuração dos créditos tributários, seu registro nos termos das normas contábeis e requisitos específicos do Banco Central do Brasil. Efetuamos análise das principais premissas adotadas pela administração em seu processo de avaliação das perspectivas de realização desses créditos fundamentada nas projeções de lucros tributários para a Leasing. Obtivemos o estudo de projeção de lucro tributário aprovado pelo Conselho de Administração e, com base nessas informações, analisamos a consistência das principais premissas com as utilizadas em estudos de anos anteriores. Observamos a razoabilidade das informações divulgadas nas notas explicativas. Constatamos que a elaboração dos estudos de realização dos créditos tributários estão alinhados com as metodologias adotadas no exercício anterior, bem como consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da realização dos mesmos são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras.
Provisão para passivos contingentes tributários (Notas explicativas 2.1k, 11) A Leasing é parte de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, propostos por terceiros e órgãos públicos, de natureza trabalhista, cíveis e especialmente tributárias. Os processos judiciais de natureza tributária estão sob tutela de advogados externos especializados tanto no que tange a determinação do prognóstico de perda, bem como na apuração dos valores relacionados a provável saída de recursos. O encerramento dos processos envolve discussões que podem se alongar a depender da natureza da matéria, bem como da evolução jurisprudencial. Essa permanece uma área de foco de auditoria pela natureza dos processos tributários em discussão e pelos aspectos subjetivos de determinação da probabilidade de perda atribuída.	Nossos procedimentos de auditoria consideraram reuniões de entendimento com a administração para apurar a identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, e registro da provisão para passivos contingentes, bem como testes quanto a totalidade e integridade da base de dados. Efetuamos também procedimentos de confirmação de informações junto aos assessores jurídicos internos e externos responsáveis pelo acompanhamento do processo com natureza tributária, visando obter informações quanto ao andamento dos processos relevantes. Analisamos a razoabilidade do prognóstico de perda das causas tributárias significativas em face a evolução jurisprudencial e técnica. No contexto de relevância das demonstrações financeiras, os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável quanto a suficiência de provisão para processos com perspectiva de perda provável, bem como divulgação dos valores em risco para processos possíveis.

Outros assuntos**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Leasing, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Leasing. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Leasing é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Leasing é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Leasing continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Leasing ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Leasing são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Leasing.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Leasing. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Leasing a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 8 de agosto de 2018

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva

Contador CRC 1SP197007/O-2



GRUPO FINANCEIRO

BMG

Quando é hora de trocar o contador por uma controladoria na PME?

Empresas que faturam a partir de R\$ 1 milhão anuais podem comprometer seu crescimento se não contarem com uma estrutura especializada para cuidar de sua gestão contábil, fiscal e financeira – a chamada controladoria

Pequenas e médias empresas podem não lidar com uma demanda suficiente por um departamento interno com esta finalidade, mas também já não podem contar somente com um escritório de contabilidade, cujo foco é apenas o registro de dados e o cumprimento de obrigações fiscais. A solução, neste caso, é a terceirização dos serviços de controladoria. “A partir desse estágio do negócio, é preciso ver a empresa como um organismo complexo e que requer mais atenções”, aconselha Adelmo Nunes, diretor da Planned Soluções Empresariais.

O especialista aponta os principais sintomas que indicam a necessidade de contratar um serviço de controladoria: inadimplência crônica; descontrole no fluxo de caixa; perdas operacionais e financeiras; autuações fiscais; endividamento; gestão inadequada dos estoques; desconhecimento das regras fiscais básicas; reclamações trabalhistas em excesso; conflitos entre sócios que poderiam ser evitados com um contrato ou acordo preventivo e problemas de formação de preço, por não considerar os custos e a carga tributária reais. “Esses efeitos nocivos são provocados pelo distanciamento entre a gestão da empresa e o contador externo. O empreendedor tem a sensação de que as coisas saíram do controle. Mas a contratação de uma controladoria terceirizada pode evitar ou resolver esse problema”, afirma Nunes.



- Por que terceirizar? - A controladoria terceirizada faz o acompanhamento diário do fluxo de caixa e projeções, cuida da cobrança e gestão da inadimplência, previne riscos fiscais e jurídicos, produz relatórios gerenciais, indicando ações necessárias, planeja a captação de recursos e ajuda no relacionamento com bancos, entre outras atividades que agregam valor ao negócio. A mitigação de riscos feita por uma controladoria terceirizada também contribui para a redução dos custos financeiros, para a melhora da apresentação da empresa a investidores e ajuda a captar mais recursos para investimentos e novas tecnologias.
- Benefícios adicionais - No

médio e longo prazos, as vantagens da terceirização da controladoria são a maior previsibilidade do negócio aos seus donos, mais tempo dedicado à gestão estratégica da empresa, transparência e governança para garantir boas taxas no sistema financeiro e junto a investidores, estar preparada para receber mais investimentos e participar de processos de “due diligence” (análise financeira) e um novo ambiente de maturidade nos processos e sistemas de informações gerenciais.

- Redução de custos - Além de destravar o crescimento da PME, a terceirização proporciona, em média, de 20% a 30% de redução de custos, ao otimizar os

recursos. Uma mesma equipe pode trabalhar para clientes distintos, com eficiência. Assim, a empresa contratante não precisa manter um departamento completo de controladoria, que contaria ao menos com um gerente financeiro, um contador e mais dois analistas.

- Casos de sucesso - Embora o modelo de controladoria terceirizada seja relativamente novo para as PME, já há casos de sucesso. “Um de nossos clientes tinha dificuldades em manter pessoal na área financeira, com sérios problemas no setor de contas a pagar e a receber. Após a terceirização, esta rotina estabilizou-se”, relata Adelmo Nunes.

Outro caso foi de uma empresa estrangeira que se estabeleceu no Brasil e precisou de uma estrutura completa de gestão. “Nesta situação, implantamos toda a área financeira, cabendo ao executivo do negócio dedicar-se ao core business da empresa”, conta. Por fim, a Planned atendeu também uma empresa com problemas no setor de faturamento e cobrança. “Ao terceirizar a gestão, o faturamento passou a ser regular e a cobrança mais ágil, garantindo a entrada de recursos no caixa da empresa”, completa o especialista.

Fonte e mais informações em www.planned.com.br.

Cuidado artesanal no ambiente industrial

Hugo Vasconcelos (*)

É comum no imaginário coletivo o ambiente industrial ser frio e cinzento. Fumaças e trabalhadores com o semblante sério também fazem parte deste cenário.

Eu acredito que devemos passar uma borracha nisso. Como empreendedor na área industrial, procuro sempre trazer a inovação para o nosso pátio. A Indústria 4.0 já começou. Essa nova fase tem o objetivo de unir máquinas inteligentes, análise computacional avançada e trabalho colaborativo para gerar profundas mudanças dentro das organizações.

Esse novo movimento promete transformar novamente a maneira como o mundo funciona atualmente, ajudando a gerar mais empregos e elevando o padrão de vida da população. Segundo dados da CNI - Confederação Nacional da Indústria -, menos da metade das empresas brasileiras aplicam alguma tecnologia relacionada à Indústria 4.0. Por isso, a busca das organizações deve ser sempre para levar a inovação e horizontalidade para dentro das fábricas.

Precisamos sempre estar atentos às demandas técnicas, realizar checagens e mais checagens para garantir que o contratante receberá um item de alta performance, feito com carinho por profissionais competentes. Embora

a automatização venha para ficar, é preciso manter alguns processos de maneira artesanal, como a relação com a equipe.

Quando todos se conhecem pelo nome e sabem as funções de seus colegas, existe a co-operação mútua para perpetuar a marca como referência no segmento em que atua. Outro ponto imprescindível é a preocupação com o relacionamento ao cliente.

A mentalidade de atendimento personalizado e humanizado não se aplica apenas às startups ou escritórios do Vale do Silício. Isso também pode ser aplicado no segundo setor, por meio do SAC, por exemplo. Na minha gestão, procuro trazer esta busca pelo cuidado e atenção em cada estação de montagem. Se alguma peça não for encaixada com exímio zelo, a próxima pode sofrer as consequências disso e assim segue até o final.

O resultado não é o produto que nós comprometemos a entregar e sim um item feito mecanicamente apenas. Acredito que as tecnologias da Indústria 4.0 vêm para agregar na qualidade do produto final, mas não podemos deixar de lado o tratamento humanizado, tanto dentro das empresas, entre os colaboradores, quanto junto ao cliente.

Isso é de suma importância para o sucesso de uma organização.

(*) - É Diretor Industrial e cofundador da Ledax, empresa brasileira fabricante de luminárias em LED de alto desempenho para clientes de médio e grande porte.